

FILOSOFIA, CRISTIANISMO E DIREITO/POLÍTICA

**ESTRANHAMENTO, UNIDIMENSIONALIDADE E DOMINAÇÃO: O DISCURSO
DOS SEGMENTOS NEODENOMINACIONAIS**

Vinicius dos Santos Xavier, graduando em Filosofia
Universidade Presbiteriana Mackenzie
PIBIC Mackenzie

Resumo: Esta comunicação objetiva a reflexão acerca dos segmentos religiosos neodenominacionais. Com isso, investigaremos se eles engendram intelectuais orgânicos que corroboram com a transformação do sistema capitalista. Em face disso, buscar-se-á uma linha de raciocínio que se desdobrará em dois planos. O primeiro especificará as estruturas de dominação vigentes no capitalismo. Para que isso aconteça, será preciso demonstrar como elas não são apenas fundamentadas pelo domínio do homem sobre homem, mas sim pela sociedade moldada sob a égide do capital em estruturas abstratas. Estas, apesar de serem criadas e compostas pelos seres humanos, transcendem na materialidade ao próprio controle deles e, dessa forma, tornam-se autonomamente dominantes: elas aparecem como fetiche, enquanto reificam os próprios seres sociais em suas relações. O segundo delimitará a forma pela qual a religião participa desse movimento: como ela, inserida nesse contexto histórico preciso, também se apresenta como dominadora e, ao mesmo tempo, também dominada, não transcendendo a estrutura estranha ao ser humano; e, por outro lado, através desse fetichismo-reificação em relação a si própria e aos indivíduos, tenta inserir estes no capitalismo. Entretanto, verificamos que não há ruptura e nem integração: a dominação deturpa qualquer tipo de tentativa de conformidade e transcendência em relação à estrutura dominante. Assim será possível entender como a religião não produz, nem colabora para a criação desses intelectuais orgânicos e, conseqüentemente, da transformação.

Palavras-chave: *Capitalismo, Religião, Dominação.*

Abstract: The communication of this research is the reflex of the neo-denominational religious segments. Therefore, we are going to investigate if they produce organic intellectuals that confirm with the transformation of the capitalist system. Because of that, we are searching for a line of thinking that will split into two plans. The first will specify the domination structure in the capitalism. For it to happen it will be necessary to demonstrate how they are not only based by the domination of men over men, but by the society shaped over the shield of the capital in abstract structures. Those, although being created and composed by human beings, they transcend the materiality of their own control, in this way, they become autonomously dominant: They appear as a fetish while they rectify their own social beings in their relationship. The second will delimitate the way in which religion participates in this movement: with it inserted in this precise historical context is also presented as dominating and at the same time, also dominated not transcending the strange structure to the human being; and on the other hand, throughout this fetishism-rectification in relation to itself and the other individuals, tries to insert those in the capitalism. However, we verified that there is neither rupture nor integration: the domination adulterers any kind of conformity attempt and the transcending in relation to the dominant structure. So, it will be possible to understand how the religion does not produce, nor collaborates to the creation of these organic intellectuals, and consequently, of the transformation.

Key-words: *Capitalism, Religion, Domination.*

INTRODUÇÃO

A presente comunicação objetiva a reflexão acerca da religião cristã, mais especificamente dos segmentos neodenominacionais, ou comunidades autônomas, que são dissidências do neopentecostalismo e do protestantismo histórico. Para tanto, fizemos um estudo do funcionamento da sociedade capitalista, quais suas formas de dominação, controle, ideologia e etc., a fim de entendermos o contexto no qual a religião adentra. A sociedade capitalista atual e histórica se organiza em classes sociais diferentes, tanto em questões econômicas, sociais e culturais, e que, assim, uma classe se sobrepõe às demais a partir da dominação econômica, que influi diretamente na aquisição do domínio social como um todo. O capitalismo gera o estranhamento e a reificação do homem em relação a si próprio, pois desconsidera e impossibilita a inteireza, e a realização da capacidade criadora e transcendente humana.

Em face disso, buscar-se-á uma linha de raciocínio que se desdobrará em dois planos. O primeiro especificará as estruturas de dominação vigentes no sistema capitalista. Estas estruturas, apesar de serem engendradas e compostas pelos homens, transcendem na materialidade ao próprio controle deles e, dessa forma, tornam-se autonomamente dominantes, fetichizando-se e reificando os próprios seres sociais em suas relações. O segundo delimitará a forma pela qual a religião participa delas: como se apresenta também como uma estrutura de dominação, e, por outro lado, tenta inserir o indivíduo reificado na sociedade. Assim, será possível entender como a religião age em função de uma tentativa de integração e resignação dos indivíduos na estrutura abstrata, e, ainda, como perpetua o movimento do capitalismo.

1. ESTRUTURA DO CAPITALISMO

Com a expansão da dominação burguesa no capitalismo, a sociedade aparece como um fato que provém sua realização e desenvolvimento, uma vez que os pensamentos e práticas que a mantêm, enquanto particulares, mostram-se como universais. Dessa forma, transformam-se em racionalidade abstrata. Tornando as idéias e práticas de dominação desvinculadas de seu produtor direto, fazem com que a estrutura não pareça, em hipótese alguma, criada historicamente pela atividade prática social dos homens. O discurso da racionalidade no capitalismo hodierno tende a demonstrar que a existência de tal estrutura é um dado, um fato independente de sua práxis, objetivado por si próprio, como um imperativo categórico: como racionalidade por excelência, imanente à sociedade, desvinculada de sua particularidade e tornando a dominação mais duradoura e coesa, ela adquire um status de

completude.

Como decorrência histórica da dominação e exploração de classe, os sujeitos sociais apreendem e representam a realidade efetiva e a si mesmos através dessa idéia universalizada, engendrando uma única forma de ação em relação à efetividade e, mesmo assim, de maneira invertida. Nisso, o modo imediato do aparecer social é considerado como o ser: “os sujeitos sociais e suas relações é que parecem estar nas idéias” (CHAUÍ, 2006, p. 16), e não o contrário. Assim,

A ideologia (...) é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (...), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e agir. A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. (CHAUÍ, 2006, p. 15).

Para sua própria eficácia, é preciso que realize um movimento que lhe é peculiar, assegurando “uma posição graças à qual possa neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda a tentativa de interrogação.” (CHAUÍ, 2006, p. 17). Por isso, a sua coerência não é obtida malgrado as lacunas que são deixadas ao proferir o discurso, e sim graças a elas. Os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado: a ideologia responde aos indivíduos os seus questionamentos acerca do sentido que buscam para suas existências. O discurso como coerente, verdadeiro e neutro, conserva, justifica e dissimula a universalidade da particularidade burguesa. Ocultando a presença do particular, as contradições sociais são escamoteadas.

Surge, ainda nesse contexto, o discurso da Competência. Este “exige a interiorização de suas regras, pois, aquele que não as interiorizar corre o risco de ver-se a si mesmo como incompetente, anormal, a-social, como detrito e lixo.” (CHAUÍ, 2006, p. 25). Como discurso neutro, não se fala mais *de*, fala-se *sobre*: torna-se, ele mesmo, universalizado. O discurso sobre o instituído, o absolutamente universal, desvinculado da materialidade e historicidade dessas entidades abstratas. A ideologia, como manifestação da racionalidade abstrata e dissimulação da dominação, é, então, um conjunto coerente de discurso e prática de apreensão do estabelecido e também de integração no sistema: como regra para a conduta humana na sociedade, ela irracionaliza e nega a possibilidade – e necessidade – de transcendência material que vá além do universo limitado por ela própria. É, portanto, um discurso que se

inspira na suposta realidade dos fatos e na suposta eficácia dos meios de ação que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa de racionalidade única a existência real da dominação (CHAUÍ, 2006, p. 23).

A dominação burguesa, além disso, é legitimada pelas instituições sociais como difusoras dessa ideologia. Esta legitimação se dá pelas mediações de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2006, p. 76 e segs.): as instituições intermediárias entre o homem e os produtos de sua própria atividade; entre eles e a possibilidade da superação do estranhamento e do capitalismo; e, não obstante, também afasta o ser dominado de sua essência, de sua própria atividade e dos produtos dela. Logo, segue-se que

Os pensamentos dominantes não passam de expressões ideais das relações materiais dominantes; relações materiais dominantes apreendidas sob a forma de idéias, logo, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; (...), são as idéias de sua dominação. (...) uma vez que dominam como classe e determinam uma época histórica, em toda a sua extensão, é evidente que dominam e regulamentam, completamente, como seres pensantes, como produtores de idéias, a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época; suas idéias são, portanto, as idéias dominantes de sua época. (MARX, 1996a, p. 155).

As relações sociais determinam todas as relações de dominação dentro do capitalismo. A divisão do trabalho, expressão da exploração burguesa na sociedade de classes, leva o homem a se distanciar de seu próprio ser enquanto social ativo. O ser humano, no processo próprio dessa divisão, está estranhado de si e de sua atividade enquanto atividade concreta. O estranhamento dele em relação a si gera-se, portanto, nas próprias relações sociais.

A divisão do trabalho é a expressão (...) da *sociabilidade do trabalho* no interior do estranhamento. Ou, posto que o *trabalho* é apenas uma expressão da atividade humana no interior da exteriorização, a exteriorização da vida enquanto exteriorização da vida, assim também a *divisão do trabalho* não é outra coisa senão o assentar *exteriorizado, estranhado*, da atividade humana como uma *atividade genérica real* ou enquanto *atividade do homem como ser genérico*. (MARX, 2004, p. 149-50).

Com a expansão da dominação no capitalismo, o ser humano se vê em relação de exterioridade perante o objeto fruto de seu próprio trabalho: ele se vê estranhado de seu ser genérico¹. Dessa maneira, não poderia se defrontar com o produto de sua atividade como objeto alheio caso não se estivesse estranhando de si mesmo no ato da produção.

O estranhamento aparece tanto no fato de *meu* meio de vida ser de um *outro*, no fato de aquilo que é *meu* desejo ser a posse inacessível de um *outro*, quanto no fato de que cada coisa mesma é um *outro* enquanto si mesma, quanto também no fato de que minha atividade é um *outro*, quanto finalmente (...), o poder *não humano* domina (MARX, 2004, p. 147).

A transformação da natureza tida como algo alheio ao homem na sua atividade, como

¹ O ser genérico é o ser do homem enquanto membro da espécie humana.

mera integração na estrutura abstrata enquanto processo legítimo, faz com que os produtos dessa relação sejam, também eles, estranhos: dotados de poder por si e independentes do processo de produção dos seres sociais, a sociedade produzida pela atividade material humana aparece, agora ao indivíduo, como diferente de si, isto é, como possuindo valor que não aquele engendrado pela atividade produtiva e, sim, um valor por si que, não obstante, se volta continuamente sobre o seu produtor (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 122). Subjetiva e objetivamente em uma relação de exterioridade com seus produtos e com sua atividade (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 420), o ser humano só se sente livre na sua individualidade privatizada, isto é, na negação de si próprio (MARX, 2004, p. 83). Como decorrência disso, as mediações que relegam o homem, tirando-o da relação direta com sua atividade produtiva, reduz-no à confusão da individualidade abstrata: esta, agora, é vista como essência natural humana.

A atividade na forma dominada pelo isolamento capitalista (...) não pode realizar adequadamente a função de *mediação* entre o homem e a natureza, porque ‘reifica’ o homem e suas relações e o reduz ao estado da natureza animal. Em lugar da ‘consciência da espécie’ do homem, encontramos o culto da privacidade e uma idealização do indivíduo abstrato. Assim, identificando a essência humana com a mera individualidade, a natureza biológica do homem é confundida com a sua própria natureza, especificamente humana. Pois a mera individualidade exige apenas *meios* para sua *subsistência*, mas não formas especificamente humanas (...) de auto-realização, as quais são ao mesmo tempo manifestações adequadas da atividade vital de um (...) ‘ser genérico’. (MÉSZÁROS, 2006, p. 80).

Surge, com isso, a impossibilidade de os indivíduos se reconhecerem. Por conseguinte, há a criação de uma universalidade abstrata para a aquisição de sentido por parte deles, pois, necessitam de algo que legitime suas existências, que explique e dê plausibilidade ao mundo e à vida. No entanto, esta explicação decorre de um universo limitado: a própria legitimação da vida estranhada do homem deve ser invertida. As mediações de segunda ordem, dessa maneira, se fazem indispensáveis para alcançarem a universalidade da estrutura social. Da mesma forma, o universo unidimensional criado pelo capitalismo hodierno faz com que não se vislumbre outras possibilidades, a não serem aquelas mesmas impostas pela estrutura abstrata e que devem ser seguidas como imperativo contra a suposta anomia da subversão. Assim, o estranhamento toma proporção universal ao universalizar a si próprio.

O movimento das relações sociais gera para os sujeitos a impossibilidade de alcançar o universal através do particular, levando-os a criar uma universalidade abstrata que não passa pela mediação do particular, mas por sua dissimulação contra ele. A sociedade (...) encontra-se impossibilitada de relacionar-se consigo mesma, a não ser recusando aquilo que ela própria não cessa de repor, isto é, a particularização extrema de suas divisões internas. (CHAUÍ, 2006, p. 73).

Com a objetivação da sociedade como universalização da racionalidade burguesa, a estrutura abstrata é tomada como fetiche, e os seres sociais, reificados. No mesmo processo de

estranhamento na atividade prático-produtiva, o homem reifica-se. Com a fragmentação do sujeito social em indivíduos particularizados perdendo o reconhecimento de si enquanto produtores do mundo, este aparece como abstrato, autônomo, como entidade em si e por si, dotado de vontade própria, porém, imanente à vida social deles mesmos. Assim, “Para estes [os sujeitos], a própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas, sob cujo controle se encontram, ao invés de as controlarem.” (MARX, 1996b, p. 163). O fetichismo, desse modo, se dá quando aquilo que aparentemente é exterior ao homem, aparece como governado por uma lei natural e não pela vontade e prática humanas, isto é, algo que possui o caráter de objetividade absoluta (MÉSZÁROS, 2006, p. 123). A sociedade enquanto análoga a um objeto produzido pela atividade humana e tornada fetiche, mostra-se “misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (MARX, 1996b, p. 160). Por refletir-se como relação existente fora do domínio humano, o objeto possui dimensão de, por si, determinar seu movimento. Nesta perspectiva, a estrutura criada pelo capitalismo moderno, torna-se fetiche. A relação torna-se relação abstrata entre as coisas: elas determinam o processo social humano. Do caráter social do estranhamento no cerne do trabalho no capitalismo, portanto, decorre o fetichismo e a reificação. Estes se caracterizam não apenas nas relações entre o homem e os produtos de sua atividade, mas também na sociedade exteriorizada da vontade e criação humanas.

Com a estrutura de dominação burguesa tida como fetiche, ela reflete o caráter próprio da reificação: como alheia à vontade e prática genérica, o homem é visto como objeto marginalizado do mundo: ele é o objeto que obtém valor pela determinação do objeto criado pelo próprio trabalho. A reificação do ser nessa sociedade, entretanto, faz com que ele se reconheça nela, isto é, no seu próprio estranhamento em relação a ela – a sociedade fetichizada – e em relação a si enquanto enfrenta esse estranhamento de forma tácita, como passividade, e é dominado enquanto auxilia na manutenção desta auto-dominação. Como os indivíduos estranhados são engolfados por suas existências estranhadas (MARCUSE, 1967, p. 31), eles não mais se sentem dominados um pelo outro por ocasião das relações existentes na sociedade por conta deles mesmos (KURZ, 2000, p. 163). Além de confortavelmente estabelecidos, obedecem cegamente à estrutura, já que não lhes parece estranha e, de certa forma, nem superior a si próprios. Não obstante, o ser humano coisificado produz falsas necessidades que, supostamente, são satisfeitas pela estrutura: o objeto fetichizado da satisfação – suposta necessidade humana – adquire um status no qual tem o poder de substituir as reais necessidades humanas, materialmente transcendentais, por objetos supérfluos e humanizados. Desse modo,

Tais necessidades têm um conteúdo e uma função sociais determinados por forças externas sobre as quais o indivíduo não tem controle algum; o desenvolvimento e a satisfação dessas necessidades são heterônomos. Independentemente do quanto tais necessidades se possam ter tornado do próprio indivíduo, reproduzidas e fortalecidas pelas condições de sua existência; independentemente do quanto ele se identifique com elas e se encontre em sua satisfação, elas continuam a ser o que eram de início – produtos de uma sociedade cujo interesse dominante exige repressão (MARCUSE, 1967, p. 26).

Como decorrência da dominação, aparece a idéia de Organização (CHAUI, 2006): o necessário agora é manter-se em concordância com o movimento da estrutura, fazer das ações dos indivíduos a atividade que a perpetua. Além disso, com o progresso dela, progridem, também, os indivíduos envoltos nesse movimento; isto é, aparentemente progridem, pois a única atitude aceita pela estrutura é aquela que tende, mesmo na miséria material e espiritual inerentes ao capitalismo, apreender o sistema dado e resignar-se com a incompetência individual.

De fato, o capitalismo atual faz com que as instituições sociais sejam dominadoras naquilo que se relaciona aos homens na medida em que estes não rompem com o fetichismo dessa organização e tão pouco em relação à reificação de si próprios, já que a sociedade transcende e determina a conduta deles no campo de ação material. Entretanto, elas também são dominadas, pois, a forma fundamental de dominação caracterizante da sociedade moderna, é aquela que gera uma dinâmica histórica para além do controle dos indivíduos que a constituem. Dessa maneira, tendem a continuar o perpétuo movimento de dominação, sem que cesse, já que não é possível que a própria racionalidade burguesa rompa com este fetiche da organização.

Estas estruturas abstratas de dominação fazem com que o indivíduo não transcenda na materialidade o controle social que se dá por esse meio. O fato de ser universalmente a única forma válida, situando-se num além-homem, a unidimensionalidade da visão e prática sociais deixa que ela funcione e continue a funcionar eternamente, e a única possibilidade que resta ao indivíduo dominado é a tentativa de integração e progresso na escala social.

Com isso, as formas da sociedade, mesmo contraditórias, são estabelecidas num plano metafísico material abstrato: mantidos dentro da materialidade – inerentes à vida humana –, porém, fora do alcance e controle dos indivíduos. Com a estabilização da sociedade enquanto forma absoluta de processo da vida social, os dominantes não precisam mais justificar a dominação, pois, “os próprios ‘dominados’ contribuem para a dominação, exercendo até funções de dominação para consigo próprios” (KURZ, 2000, p. 206). Por isso, ela não tem mais necessidade de ser exercida de maneira direta, já que a estrutura abstrata tende “a assegurar sua própria reprodução, através de seu próprio funcionamento e independentemente

de toda intervenção intencional dos agentes.” (BOURDIEU, 2006, p. 193).

Caído na reificação imposta pelo processo de produção e dominação no capitalismo, o indivíduo continua nessa situação por condição ideológica da racionalidade burguesa universalizada. Logo, para que o discurso dominante possa ser proferido, é indispensável o papel da reificação no processo prático da vida social: “é imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos à condição de objetos sociais.” (CHAUÍ, 2006, p. 23). Com o estranhamento, a ideologia e a reificação do ser humano, perpetua-se a forma racional válida universalmente, e o fetichismo faz com que a divisão do trabalho, a exploração – em suma, a dominação – não sejam vislumbradas enquanto tais. A limitação do universo humano imposta pela estrutura abstrata afirma de maneira absoluta esta dominação.

2. A RELIGIÃO

Concluída, pelo menos parcialmente, a análise referente ao capitalismo, devemos agora refletir acerca da religião: quais as relações, inserção, participação e desenvolvimentos dela nessa estrutura abstrata do capitalismo atual; como age e é influenciada nas relações sociais; em suma, como se insere e quais as conseqüências dessa integração nas estruturas abstratas de dominação.

No entanto, deter-nos-emos a investigar a religião evangélica do país, mais especificamente as de São Paulo, em suas formas mais recentes de organização: as comunidades autônomas, que são classificadas por Bittencourt Filho (2003, p.121) como igrejas neodenominacionais. Essas novas denominações são formadas a partir de dissidências do neopentecostalismo e do protestantismo histórico. Tais igrejas, basicamente, incorporaram do neopentecostalismo o comportamento religioso de inserção cultural, porém não adotaram seus posicionamentos empresariais.

No referente às igrejas neodenominacionais, efetuamos observações em campo em duas delas situadas na cidade de São Paulo: a primeira, localizada na região do bairro de Sapopemba, zona leste da capital (IGREJA A), e a segunda, na Barra Funda, zona oeste (IGREJA B). Em relação às neopentecostais (IGREJAS C), fizemos observações de forma televisiva e também *in loco* em algumas igrejas. Por motivos metodológicos e éticos, não citaremos os nomes de nenhuma das igrejas, apenas referi-las-emos como supracitado.

2.1. RELIGIÃO: UNIDIMENSIONALIDADE E TRANSCENDÊNCIAS

A religião aparece no capitalismo moderno como estrutura que domina os indivíduos por ocasião do estranhamento e reificação destes. Os segmentos neodenominacionais, nesse

contexto, possuem uma dimensão de integração e protesto em relação à sociedade. A primeira se situa em inserir o fiel resignado na sociedade. Dando-lhe alento e reforçando o sentimento de excelência espiritual e social de seus membros como seres individuais, dá um sentido completo para a existência individual. Nestas igrejas, o discurso reificado mostra como a vida de cada fiel, e também a sociedade, está sob controle divino: “o Controle está nas mãos de Deus”; “o dízimo é a retribuição a Deus por tudo que ele nos dá: vida, valores, saúde e etc.”; “Deus age nas nossas vidas” (IGREJA A). Fazendo com que o indivíduo se resigne perante essa situação miserável na qual ele se encontra na sociedade de classes, o discurso religioso corrobora para a afirmação da racionalidade dominadora universalizada. A própria integração do fiel na estrutura é condição por excelência de seu temor e respeito, além de prova máxima de sua fé em Deus.

Os protestos formalizados pela religião, em busca de outra forma de relacionamento humano, são insuficientes, pois, além do caráter individual dos problemas, as suas resoluções nunca se apresentam como sociais. Assim, mostram que estes não são problemas, tão pouco sociais: antes, são limitações, erros de conduta individual, aos quais o indivíduo deve saber se adaptar e lutar contra as forças que o impelem e o tentam a todo momento em sentido inverso. Quando algum problema é aparentemente social, a argumentação será sempre de afirmar que se trata, em suma, de uma falha no sistema, vontade divina ou demoníaca, ou mesmo motivação pessoal (impelida pelo Demônio) daquele que age: “os problemas são problemas do diabo: temos que partir para cima do diabo!”; “O homem necessita estar preparado para resolver seus problemas.” (IGREJAS A; B; C). Estes protestos não rompem, tão pouco transcendem a própria realidade dominante. Apenas se fazem enquanto discurso sobre a carência de regras morais, aparecendo, assim, como reificados: o problema é individual, impelido pelo Demônio, ou é tão somente metafísico, cabendo aos indivíduos lutarem, através da fé e da resignação (IGREJAS A; B), ou ainda com a obtenção de um estilo de vida burguês, de bens e felicidade terrenos (IGREJAS C). Estas contestações que se fazem através da religião em relação à evolução do capitalismo são alguns dos protestos diretos (aqueles proferidos no próprio discurso) dos segmentos neodenominacionais. Eles são incorporados pela ideologia burguesa, já que seus fundamentos se baseiam nesta mesma estrutura abstrata que assume o capitalismo hodierno, pois, o universo da contestação é o mesmo que o da dominação: apenas prezam pela obtenção de uma perfeita harmonia por parte da sociedade, isto é, para que o Reino de Deus se efetive na Terra.

No entanto, a religião nesse contexto também é dominada por conta da racionalidade burguesa universalizada: obedece tacitamente, como instituição de integração social, ao controle abstrato – e, diga-se, invisível – imposto pela racionalidade universal. Não obstante,

na religião enquanto estrutura dominadora-dominada, a visão unidimensional transcende a própria consciência do indivíduo e se lança na efetividade estranhada: discursos e práticas buscam um tipo de integração individual (os fiéis dispersos; individualmente), através de uma integração coletiva (o segmento religioso) com a sociedade. Estes métodos de ação não transcendem a estrutura dominadora, além de contrapor um indivíduo ao outro e reuni-los num plano metafísico abstrato estranhado por ele próprio. Como discurso competente, todas as aspirações humanas de felicidade, justiça e etc., são reunificadas e reorganizadas nesse outro plano estranho que se dá na materialidade fetichizada. A efetividade, objetividade humanas são imaginadas como realizadas no metafísico abstrato e, ainda, nesta mesma abstração, realizadas no presente-estranhamento e no desaparecimento de um futuro transcendente²: tudo é realizado no aqui e agora, independente se o resultado final for ascensão ou apenas integração. Assim, o indivíduo reificado da religião se reconhece, abstratamente, nesse plano informe e, também, reconhece-se, supostamente, na materialidade fetichizada a partir do momento em que tenta a integração social: tenta, pois, a própria estrutura dominadora faz com que ele não alcance sua felicidade e etc. nesse modelo de sociedade. É sempre uma busca infundável de satisfação efêmera. Dessa maneira,

Surge (...) um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa (MARCUSE, 1967, p. 32).

Essa unidimensionalidade faz com que a religião gire num ciclo. Neste que retorna sempre a si próprio, ela domina e é dominada: não só os indivíduos são dominados por outros, mas também pela estrutura dominadora por meio do discurso racional abstrato e universal que supõe um plano metafísico melhor, possuidor de uma capacidade de reorganizar e dar sentido mais amplo e consistente ao plano material e, ainda, dá ao indivíduo a possibilidade de integração e etc.; como também essa reificação engendra e mantém uma prática alienada e estranhada. Também a religião enquanto dominadora que – mesmo que supostamente não saiba – participa de uma visão dominante, é auto-dominada por si, já que aquilo que ela absorve como riqueza através dessa dominação – a racionalidade burguesa, agora com sentido absoluto –, também é fetiche, e os segmentos religiosos, enquanto indivíduos abstratos, reificados: “sua suposta apropriação da riqueza transforma-se em automutilação.” (KURZ, 2000, p. 154).

Assim, a religião reifica as relações do homem enquanto ser estranhado de si. Com isso, há uma criação de necessidades, isto é, uma imposição de necessidades pelas estruturas abstratas que estranham e coisificam o homem do seu ser. Nesse caso, aquilo que este indivíduo busca por

² Seja esta transcendência de ordem metafísica divina, seja material concreta.

meio da religião e acaba por retornar a si como fetiche, é a sua autenticidade, sua humanidade perdida no estranhamento. Não obstante, essa reprodução espontânea dessas necessidades superimpostas não estabelece autonomia; pelo contrário, mostra a eficácia dos controles sociais exercidos pelas estruturas de dominação, as quais o indivíduo não mais possui domínio algum. Disso decorre que a finalidade da dominação se dá na satisfação das necessidades desses indivíduos reificados.

Com a fragmentação da sociedade, impossibilita-se qualquer tipo de identidade coletiva. Mesmo a aparente identidade que possuem os segmentos religiosos e seus adeptos não passa de superficialidade: a busca de sentido e felicidade, seja financeira, espiritual, ou algum sentido para a própria reificação, é individual. A legitimação dessa individualidade passa pelo crivo da coletividade: a religião agrega aspirações e desejos comuns, com fundamentos e fins comuns. Porém, como no capitalismo nunca todos alcançarão este fim comum, as buscas são coletivas – enquanto segmento religioso que dá sentido à existência individual reificada – e, primordialmente, individuais, no referente à fragmentação social e religiosa e da fuga da anomia da incompetência. Disso decorre que a busca individual é privilegiada e se sobrepõe à coletiva: os fiéis buscam, específica e primordialmente, individualmente para si, e utilizam a instituição como meio para isso.

De fato, e portanto, na religião – uma estrutura que compõe a dominação abstrata no capitalismo – o controle se dá por meio de uma unidimensionalidade nas ações e no pensamento, isto é, as necessidades do ser humano são lançadas a um plano metafísico abstrato. Não obstante, esse plano não transcende a materialidade: todas as suas aspirações são unidimensionais não rompendo com as necessidades fetichizadas da estrutura de dominação. Além disso, através dessa não-ruptura, aspira, como forma de libertação da dominação, a integração social: ela “eleva o indivíduo sem libertá-lo de sua subordinação efetiva” (MARCUSE, 1997, p. 103). Ainda assim, essa falsa liberdade do homem em relação às escolhas que faz como ser reificado social e que ganha dimensão divinizada pela religião, é mantida dentro de um padrão de manutenção do sistema vigente. Dessa forma, “sob o jugo de um todo repressivo”, e extremamente limitador, “a liberdade pode ser transformada em poderoso instrumento de dominação. O alcance da escolha aberta ao indivíduo não é fator decisivo para determinar o grau de liberdade humana, mas o *que* pode ser escolhido e o que *é* escolhido pelo indivíduo” (MARCUSE, 1967, p. 28). Assim, a questão da dominação passa por uma unidimensionalidade e, ainda, a religião corrobora de maneira positiva para isso.

Entretanto, essa fetichização e reificação da religião e do indivíduo junto a ela, parece ter uma dupla função: por um lado ela consola o indivíduo de sua miséria efetiva e material-

humana; por outro, submerge-o cada vez mais em seu próprio estranhamento, distanciando-o do processo real da constituição de si e conformando-o nesse estado de coisificação. Neste sentido, a ruptura que a religião propõe em relação à sociedade é inversa: ela integra o indivíduo mesmo que ele não se conforme a ela. É dessa forma que a religião conforta a própria ausência de sentido na real efetividade humana e a recoloca nos objetos fetichizados. Assim, essa reificação, que é confirmada pelo apelo religioso, enquanto produtora de tal felicidade que se faz por um instante na infelicidade, “eterniza o efêmero” (MARCUSE, 1997, p. 117). Quando esse ponto é atingido, a dominação se estende a todas as esferas da vida pública e privada, integra toda oposição, por mais que se tente autêntica, absorve todas as alternativas.

CONCLUSÃO

Em um mundo reificado, no qual as relações sociais e a atividade prática humana não estão mais essencialmente ligadas às reais possibilidades dos homens e que aparecem como efeito de condições de produção todo poderosas, desaparece a idéia de que tal organização dos seres humanos, de acordo com suas relações essenciais, poderia ser resultado de uma transformação futura: pelo contrário, esta se torna assunto abstrato e irracional, já que aquilo que importa é a integração na estrutura como única condição de existência humana. Na medida em que ela, como eternamente válida, precede toda possível experiência futura e não pode ser ultrapassada por nenhuma transcendência material concreta que rompa com essa dinâmica, a própria questão da transcendência, tanto metafísica abstrata, quanto material concreta, frustra-se. A transcendência metafísica, dessa forma, torna-se uma transcendência material reificada, isto é, o próprio mundo metafísico é o mundo material tornado fetiche. A transcendência material é isolada pela sua irracionalidade. Assim, os pensamentos e comportamentos unidimensionais, que tem a racionalidade do sistema como a racionalidade por excelência, não podem transcender a sua própria reificação: estão limitadas pelo universo imediato do fetiche que transcende ao seu próprio controle.

A partir dessa unidimensionalidade da religião, que faz com que não haja ruptura alguma entre estrutura dominadora e dominados e, sim, corrobora e confirma essa dominação através do estranhamento do ser humano em relação a si próprio, podemos inferir que há nela um duplo movimento de poder e não-poder: seu poder está em assentar as bases do fetichismo social, em não romper com essa forma de sociedade e, pelo contrário, tentar reorganizá-la numa imaginação limitada que não transcende o universo material existente e o mantém sempre inalterado; por outro lado, seu poder é de tão abstrato que os próprios indivíduos que compõem essa estrutura não se reconhecem enquanto produtores e não possuem qualquer

controle sobre ela: esta autonomiza-se, objetiva-se e os domina, restando-lhes apenas se conformarem e tentarem qualquer tipo de integração, seja metafísica abstrata, seja materialmente fetichizada e reificada. Sua crítica esgota-se na própria limitação do universo imposto por essa racionalidade. Além disso, não há nenhuma distinção de classe, de leituras de mundo particulares a um grupo social específico. Antes, existe a anulação de toda contradição inerente ao capitalismo.

Por fim, a experiência unidimensional que há na sociedade capitalista contemporânea, conseqüentemente na religião, é de todo um veículo que resta aos indivíduos reificados, que não vislumbram nem a mera possibilidade da negação e superação deste estado de pobreza, para que tentem dar algum tipo de sentido à vida. Não obstante, nos segmentos religiosos pesquisados, a própria forma da reificação é, por excelência, o significado último do sujeito religioso. Portanto, como dominada, por um lado e dominadora, por outro, a religião não consegue transcender tão pouco integrar o indivíduo na sociedade. Sendo assim, não há ruptura e nem integração: a dominação desse fetichismo-reificação deturpa qualquer tipo de tentativa de conformidade e possível ruptura com a estrutura dominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT FILHO, José. **Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social.** Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.** Tradução Guilherme J. de Freitas Teixeira e Maria da Graça Jacintho Setton. 3. ed. Porto Alegre: ZOUK, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 11. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2006.

KURZ, Robert. Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora. In: PAIVA, Jorge (org.). **Seminário Internacional: Teoria crítica radical, a superação do capitalismo e a emancipação humana.** Fortaleza: Instituto Filosofia da Praxis, p. 151-229, 2000.

MADURO, Otto. **Religião e luta de classes.** Tradução Clarêncio Neotti e Ephraim Ferreira Alves. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial.** Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

_____. Sobre o caráter afirmativo da cultura. Tradução Wolfgang Leo Maar. In: _____. **Cultura e sociedade**, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 89-136, 1997.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

MARX, Karl. A produção da consciência. In: IANNI, Octavio (org.) **Karl Marx: sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 10. 8. ed. São Paulo: Ática, p. 145-58, 1996a.

_____. Fetichismo e Reificação. In: IANNI, Octavio (org.) **Karl Marx: sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 10. 8. ed. São Paulo: Ática, p.159-72, 1996b.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

POSTONE, Moishe. Repensando a crítica de Marx ao capitalismo. In: PAIVA, Jorge (org.). **Seminário Internacional: Teoria crítica radical, a superação do capitalismo e a emancipação humana**. Fortaleza: Instituto Filosofia da Praxis, p. 85-150, 2000.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Tradução María Encarnación Moya. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.